

O editorial d'O Sísifo publica nesta edição a apresentação do livro “Adolfo Sánchez Vázquez: para pensar a educação”, organizado pela professora Naura Syria Carapeto Ferreira e recentemente lançado no Brasil e na Espanha. Por Delcio Junkes, professor do Departamento de Fundamentos da Educação, da UFPR.

É muito inspiradora esta obra “Adolfo Sánchez Vázquez: para pensar a educação”, organizada pela professora Naura Syria Carapeto Ferreira e que apresenta o produto do trabalho de seu grupo de pesquisa formado por alunos e professores do PPGED - mestrado e doutorado da Universidade Tuiuti, e que também recebeu a contribuição de outros pesquisadores que reconhecem no pensamento de Adolfo Sanchez Vázquez um importante auxílio para compreender o atual contexto educacional, político e social, da qual me sinto honrado em ser convidado a participar. [...]

Retomar a leitura de Vázquez nos faz lembrar que apesar de tudo a utopia resiste e se faz necessária na medida em que é nela onde se encontram os ideais de justiça, liberdade e igualdade que orientam a ação da maioria dos que lutam pela transformação da realidade. Inevitavelmente, de imediato também nos remete ao contexto em que sua obra se desenvolve, juntamente com a filosofia da libertação de Enrique Dussel e a pedagogia da libertação de Paulo Freire, de uma América Latina que convive com a destituição dos governos progressistas e o massacre de sua resistência seguido da ascensão do autoritarismo e ditaduras que vão deixar profundas marcas de violência. Algo que Vázquez já tinha vivenciado na Espanha, sua terra natal, desde a juventude com a guerra civil e o início da ditadura franquista, e que o acompanha no exílio. A mim, também me remete ao momento em que primeiro tive contato com sua obra no começo dos anos 1990, quando inicio meus estudos de filosofia e vivíamos a retomada da democracia, e que a despeito de a sociedade manter-se profundamente injusta e desigual, as perspectivas eram otimistas. Naquele momento seu conceito de práxis revolucionária foi uma importante referência para a atuação política.

O exílio é extremante significativo na vida de Vázquez, e em grande parte determina não só o percurso de sua vida, mas também a formação de seu pensamento, como descrito no terceiro capítulo do livro que nos apresenta elementos biográficos marcantes de sua trajetória de engajamento e militância e que também pode ser encontrados em seus escritos, como no poema *Al dolor del destierro condenados*, que aqui transcrevo:

*Al dolor del destierro condenados
—la raíz en la tierra que perdimos—
con el dolor humano nos medimos,
que no hay mejor medida, desterrados.
Los metales por años trabajados,
las espigas que puras recogimos,
el amor y hasta el odio que sentimos,
los medimos de nuevo, desbordados.
Medimos el dolor que precipita
al olvido la sangre innecesaria
y que afirma la vida en su cimientto.
Por él nuestra verdad se delimita
contra toda carroña originaria
y el destierro se torna fundamento.*

A paixão de Vázquez pela poesia, da qual temos algumas amostras nos textos que compõe esta obra, talvez seja responsável pela inclusão em seu campo teórico de um aspecto que para muitos pensadores da práxis não recebeu a devida atenção, a estética. Este tema é abordado de forma instigante por Fausto dos Santos Amaral Filho quando reflete sobre a morte da arte e por Josélia Schwanka Salomé discutindo a educação estética. Entendendo a arte como atividade humana essencial ele busca, a partir da estética, reconstruir uma ideia de humanismo marxista que defenda a integridade do ser humano diante da barbárie do capital.

As diferentes abordagens do pensamento de Vázquez apresentadas nessa obra, demonstram aquilo que sempre esteve presente na sua proposta de trabalho, a busca de renovar, de reavivar uma teoria sem trair seu intento original, para não correr o risco de ceder uma esclerose dogmática do pensamento sem poder de transformação da realidade. A partir da ideia de Marx, de que não basta interpretar o mundo, o importante é a sua transformação, somos colocados diante de um conceito práxis que intercala a observação da realidade com a ação transformadora e militante, que se posiciona Entre a realidade e a utopia como bem sugere o título de uma de suas obras, ou como ele apregouou: “só os homens podem destruir o que eles mesmos criaram para abrir caminho para uma nova criação”. Essa tarefa, sem dúvida, não pode estar separada da educação, pois ela é definitivamente o principal agente de transformação da realidade humana e consequentemente da realidade social.

Diante do cenário de ascensão de ideias autoritárias, de negação dos direitos das minorias e do não reconhecimento da diversidade que ora presenciamos, e todas as implicações que isso representa para a educação, resgatar um pensamento que nos propõe o conceito de uma práxis revolucionária fundada numa ética transformadora como é a filosofia de Adolfo Sanchez Vázquez, constitui um alento para seguirmos construindo uma utopia capaz de transformar o mundo.

AUTOEMPREGO, EMPREENHIMENTO DE SI E AS CILADAS DO LIBERALISMO

Por Arilda Arboleya - Professora DTFE-UFPR
arilda@hotmail.com

Ao lançar “A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil”, em 1870, o político e jornalista Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) constituía-se numa das principais vozes do republicanismo no Brasil. Ora, qual a importância de lembrar essa obra hoje? A resposta está no teor da argumentação: uma radical defesa do liberalismo como projeto societário e mecanismo do progresso nacional.

Localizando maior eficácia na ação do indivíduo que do Estado, Tavares Bastos defendia que “para que um povo se aperfeiçoe, é mister que seja livre”. Que liberdade era essa? Era o sentimento da “responsabilidade por si”, do “mérito”, do “auto-fazer-se”. Assim, para superar seu atrasado, o país precisava resolver a “eterna luta da liberdade contra a força”, ou seja, “do indivíduo contra o Estado”. Sua máxima era que “o progresso social está na razão da expansão das forças individuais” e que o Estado restringe esses impulsos, causando comodismo e dependência.

Afinado nesse discurso, o Brasil enveredou por 40 anos de uma República Federativa que, priorizando a “liberdade local”, gerou um quadro acentuado de regionalismos, atraso socioeconômico e flagrante negligência com os mecanismos de propulsão do desenvolvimento social. A título de exemplo, chegamos em 1930 com o vexatório índice de 76% de analfabetismo popular.

A partir daí a história é bem conhecida: frente ao reconhecimento das promessas não cumpridas pelo liberalismo, ascendem no país modelos políticos corporativistas e socialdemocratas, dando início à formação de um sistema de proteção social e direitos trabalhistas. Embora parcial, pois restrito à população formalmente empregada, esse sistema projetou um pacto entre o indivíduo (na condição de cidadão de direitos) e o Estado (na condição de garantidor do acesso a esses direitos).

Entre avanços e limitações, essa relação se manteve legítima ao longo da história configurando lenta, porém contínua, expansão do papel do Estado como fiador do bem-estar social, enfim amplamente consagrada na Constituição de 1988. Nesta, além dos direitos elementares da pessoa humana (vida, dignidade, igualdade formal, liberdade, segurança, propriedade), o Estado torna-se também responsável por assegurar, como direitos fundamentais do indivíduo, educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer e assistência aos desamparados. Assim, projetava-se constitucionalmente uma lógica societária de democracia substantiva no país: tolerância à diversidade, inclusão social, condições universais de acesso aos mecanismos de desenvolvimento individual e social.

Mas aí voltam à cena as ciladas do liberalismo...

Nos anos 1990 chegavam ao Brasil os efeitos da chamada reestruturação produtiva – flexibilização dos processos, das formas e das leis trabalhistas. Tomada em si mesma, a ideia de flexibilizar parece positiva, pois significa “tornar menos rígido”, romper rotinas, reduzir controles. Ora, quem não gostaria de sentir-se menos vigiado, mais valorizado

em suas iniciativas, ter mais autonomia, liberdade e maleabilidade no trabalho?

Entretanto, essa aparente vantagem esconde um modelo econômico e político que, em essência, investe resgatar a eficiência per si do indivíduo contra a incapacidade do Estado. Como? O capitalismo se reinventa na produção flexível transferindo para o indivíduo toda responsabilidade pelo sucesso/fracasso de sua existência profissional no nexa mérito/demérito, lançando cortina de fumaça sobre questões macroestruturais. A situação de desemprego generalizado não é localizada como resultado da sanha por lucro e das opções/omissões governamentais no tratamento das questões do trabalho, mas sim como falta de preparo/qualificação dos trabalhadores, únicos responsáveis por sua condição. Outrossim, regulamentações estatais, direitos trabalhistas e programas sociais são sinonimados como barreiras ao desenvolvimento e geradores de comodismo popular.

Então, sob o véu das benesses da flexibilização opera um movimento de extinção de empregos formais e precarização das relações de trabalho (terceirização, instabilidade, subemprego, informalidade, desemprego permanente, redução de ganhos reais) que atinge crescente massa de trabalhadores.

Dois efeitos tornam-se visíveis. De um lado, nessa projeção da centralidade do indivíduo, ascendem as formas do chamado autoemprego: constituindo-se livre, o trabalhador oferta seus serviços, produtos, projetos no mercado competitivo executando em home office as mesmas atividades que faria numa empresa, porém, sem as garantias que um emprego formal confere. Essa estratégia vem acompanhada do empreendimento de si: todo tempo é convertido em processos de trabalho, mesmo atividades de lazer. Exemplificando, esportes são instrumentos para garantir-se saudável para o trabalho; filmes são oportunidade de acumular conhecimentos para o exercício do trabalho; cuidados estéticos são autoimagens para o trabalho. Essa chave se fez elemento de sociabilidade tão forte e facilmente absorvida pelas novas gerações que, mesmo governos progressistas recentes priorizaram estratégias de qualificação profissional, abertura de créditos simplificados e economia solidária como política de trabalho e renda, ao invés de atacar as dinâmicas estruturais das reconfigurações neoliberais.

De outro lado, percebe-se séria afetação sobre o pressuposto do Estado garantidor do bem-estar social: se não há inserção formal da mão-de-obra no mercado de trabalho, não há também contribuição que sustente a lógica interventiva-protetiva do Estado, tão pouco legitimidade para ela, dado que alcança um público cada vez menor. Nisso, a construção societária é reorientada numa contra-chave individualista que suplanta aquele pacto com o Estado, deslegitimando a ação estatal e nutrindo a lógica da sua redução.

Relembrando Tavares Bastos, a história já nos deu sólidas demonstrações de que não basta crescimento econômico para assegurar desenvolvimento social – fosse assim, não haveria pobres no Brasil. Resta claro que regular o mercado de trabalho é condição indispensável para alcançar uma sociedade menos hostil e desigual, mas não é essa a orientação política atual e teremos que lidar com suas consequências.

TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO INSTRUMENTOS MEDIADORES DA APRENDIZAGEM

Por Cleber Bianchessi – Mestrando UNINTER
cleberbian@yahoo.com.br

O mundo contemporâneo está cada vez mais conectado e influenciado pelas novas tecnologias digitais que estão oportunamente presentes no cotidiano dos alunos, o que traz reflexos na educação. Os usuários destes instrumentos são oriundos de uma sociedade circundada pelas tecnologias digitais que possuem potencial transformador no cotidiano do aluno, na medida em que se apropriam das perspectivas contemporâneas para a construção do conhecimento. O contexto atual, com a presença constante das tecnologias digitais, pugna pela transformação dos processos pedagógicos e pela ampliação para novos contextos de aprendizagem com a autonomia e protagonismo ativo dos alunos.

Portanto, implementar o uso das tecnologias digitais para o auxílio do ensino de História possibilita inúmeras aplicações que contribuem para o aprendizado dos alunos. Assim, a mediação, por meio dos professores, destas tecnologias digitais oportuniza aos estudantes serem estimulados a absorver de modo dinâmico e significativo o conteúdo e não simplesmente decorar conteúdos para o êxito instantâneo da avaliação. Com efeito, o uso das tecnologias digitais na sala de aula tem contribuído de forma a modificar o modo como os estudantes inovam quando o assunto é aprender e ensinar História.

Nesse sentido, discutir a utilização das tecnologias digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem destes nativos digitais, precisa considerar as mudanças nas interações sociais contemporânea e que contribuem para a constituição do pensar e o papel escolar inserido neste contexto. Para tanto, utiliza-se dos conceitos de instrumento e mediação elaborados por Vigotski (1934/2001) que perpassam toda sua obra, se tornando um princípio central e fundante de suas pesquisas. De acordo com ele, a mediação ocorre por meio de um instrumento que tem a responsabilidade de regulamentar as ações sobre os objetos e o psiquismo dos alunos. Esta mediação se revela por intermédio de um elemento numa determinada relação, de modo que essa é mediada por um terceiro elemento e não é direta. Explicita os pressupostos de sua teoria mediante a análise sobre o exercício ativo do aluno no recurso do ensino, para que se consiga criar um sujeito ativo no processo de aprendizagem. Essa mediação ocorre pela inserção de instrumentos didáticos digitais mudando a dinâmica das aulas para alcançar pro atividade, se tornando um recurso pedagógico entre

discente e docente. Pelo exposto, infere-se que as tecnologias digitais tornam-se mediadores e propulsoras das práticas pedagógicas no ensino de História e sua inserção no cotidiano escolar contribui de forma colaborativa com a construção do conhecimento e faz com que os alunos deixem de ser meros espectadores.

Assim, infere-se que as tecnologias digitais são instrumentos mediadores para a construção do conhecimento histórico ao logo da vida dos estudantes. Desse modo o aprendizado decorre de forma mediada e organizada pelo professor na interação com os alunos. Estes recursos digitais ou objetos de aprendizagem são apoiadores da prática dos professores preocupados em motivar os alunos a participar de forma efetiva do processo de ensino e aprendizagem. Ao intencionar ensinar História é importante compreender que a aprendizagem histórica é ordenada por diversas expressões no desenvolvimento da consciência histórica devido estar “articulada ao modo como a conhecimento remoto é experienciado e interpretado de maneira a fornecer uma compreensão do presente e a construir planeamento póstero.” (RUSEN, 2006, p. 16). Nesses termos, as metodologias no ensino de História devem considerar a participação ativa dos sujeitos, possibilitar condições para que este seja parte integrante deste processo e, por isso, importante conduzi-las de modo a não impor conhecimentos, mas adequá-los às condições do processo de autonomia intelectual do estudante.

Neste entendimento, a aprendizagem no ensino de História no ensino médio torna-se cada vez mais significativa à proporção que conceitos hodiernos de aprendizagem são inseridos no ambiente escolar, dinamizando a construção do conhecimento pelo discente. A partir daí ele pode vislumbrar significado no conhecimento histórico, fazer a relação com seus conhecimentos previamente assimilados. Adverso a isso, a aprendizagem da disciplina de História torna-se repetitiva e mecânica.

Neste sentido, é inegável que a utilização das tecnologias digitais no cotidiano dos alunos no ambiente escolar não é mais permitido escolher, mas simplesmente aderir. O ensino de História auxiliado pelas tecnologias digitais é uma das preocupações dos últimos tempos uma vez que assume uma importância universal para o estudante. Dessa forma, intermediar o processo de instrução e de aprendizado pelas tecnologias digitais representa um caminho alternativo para diversificar as práticas pedagógicas no ensino de História no ambiente escolar, propiciando sua autonomia e a responsabilidade estudantil ao alcançar e conquistar no seu percurso formativo, bem como ensinar e aprender.

PROGRAMAÇÃO DO NESEF - 2019

Em tempo. Republicamos a agenda do NESEF/2019 com pequenas alterações. Os encontros dos grupos de estudo do NESEF/G-EFIL (Grupo de Educação Filosófica) e G-EEP (Grupo Economia Política) ocorrerão nas quartas-feiras, das 14:00 às 17:00, na sala 240, Ed. Teixeira Soares – Rebouças – UFPR. A programação dos grupos G-Filo (Grupo de Estudos Filosofias Outras), G-Cine (Grupo de Estudos sobre Filosofia, Educação e Cinema) e G-Olimpíada Filosófica têm agendas específicas, como segue. A programação poderá ser consultada no site do Neseef: www.nesef.ufpr.br

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DE FORMAÇÃO

Data	Seminário	Tema	Mediação
13 e 20/03	Seminário I (GEFIL)	Educação Filosófica e Método	Mediação: Geraldo Balduino Horn, Valéria Arias e Ana Carolina Morello
03/04	Seminário II Parte I (GEEP)	Filosofia e os Clássicos de Economia Política	Mediação: Marcelo Marcelino, Bernardo Kestring e Lafaiete Neves
10 e 17/04	Seminário III (GEFIL)	Pesquisa em Educação Filosófica	Mediação: Edson Teixeira, Ademir Pinhelli Mendes, Wilson José Vieira e Geraldo Balduino Horn
08/05	Seminário II Parte II (GEEP)	Filosofia e os Clássicos de Economia Política	Mediação: Marcelo Marcelino, Bernardo Kestring e Lafaiete Neves
15 e 22/05	Seminário IV (GEFIL)	Filosofia e Educação em Benjamin	Mediação: Márcio Jarek, Giselle Schnorr, Raquel Zanini e Alessandro Vorussi
05/06	Seminário II Parte III (GEEP)	Filosofia e os Clássicos de Economia Política	Mediação: Marcelo Marcelino, Bernardo Kestring e Lafaiete Neves
12 e 19/06	Seminário V (GEFIL)	Marcuse, juventude e resistência	Mediação: Elisane Fank e Geraldo Balduino Horn
03/07	Seminário II Parte IV (GEEP)	Filosofia e os Clássicos de Economia Política	Mediação: Marcelo Marcelino, Bernardo Kestring e Lafaiete Neves
14 e 21/08	Seminário VI (GEFIL)	Reforma social ou revolução em Rosa Luxemburgo	Mediação: Alexsander Machado e Gustavo Fontes
11 e 18/09	Seminário VII (GEFIL)	Estética e Educação em Lukács e Adorno	Mediação: Delcio Junkes, Luciana Lima e Alessandro Reina
09 e 16/10	Seminário VIII (GEFIL)	Filosofia Política em Gramsci	Mediação: Anita Helena Schlesener, Giselle Schnorr e Rafael Athayde
13, 20 e 27/11	Seminário IX (GEFIL)	Pesquisa em educação filosófica	Mediação: Geraldo Balduino Horn, Mayco Martins Delavy, Elisane Fank, Alessandro Reina, Avanir Mastey, Claudinei dos Santos Dias, Rafael Athayde, Alexsander Machado e Hélio Camilo Rosa)

ATIVIDADES PERMANENTES

Atividade	Data/horário	Local
Olimpíada Filosófica do NESEF	19/10	Campus Rebouças - Edifício Teixeira Soares - UFPR
Encontros NESEF/NUP/PDUR Política, Instituições e Relações de Parentesco	Última quarta-feira de cada mês às 14:00	Reitoria - Anfiteatro 600 – Edifício D. Pedro I - UFPR
Encontros do NESEF/G-NECON: Guerra Híbrida e Doutrina do Choque	Último sábado de cada mês às 09:00	Campus Rebouças - Edifício Teixeira Soares - UFPR
Encontros NESEF/G-CINE: Cineclube Jogo de Cena	Terceiro sábado de cada mês às 14:00	Campus Rebouças - Edifício Teixeira Soares - UFPR
Encontros do NESEF/G-FILO	Todas as quintas-feiras às 19:00	IFIL - Rua XV de Novembro, 362 Cj 802 - Centro